

AS INTERFACES ENTRE A COMUNICAÇÃO E A GESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UM ESTUDO DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL¹

ALLEBRANDT, Sérgio Luís; Unijuí, Ijuí, Brasil, allebr@unijui.edu.br

BENSO, Aline; Unijuí, Ijuí, Brasil, aline.benso@gmail.com

OLIVEIRA, Vinícios Gonchoroski de; Unijuí, Ijuí, Brasil, vinimsn89@hotmail.com

Resumo

Este estudo aborda as formas de utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) em práticas de gestão social no âmbito do Território da Cidadania Noroeste Colonial (TC-NORC), que é um dos quatro Territórios de Cidadania criados no Rio Grande do Sul. Inicialmente abordam-se elementos conceituais de gestão social, cidadania deliberativa e de desenvolvimento territorial. No que se refere ao uso das TICs, busca-se conceituá-las no contexto dos processos de comunicação e de interação entre os sujeitos e atores sociais, para compreender o modo como funcionam. Quanto à metodologia, adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando como procedimentos pesquisas documentais na internet, em sites e portais nos quais estão destacadas informações referentes ao programa, além da aplicação de entrevistas semiestruturadas com os membros do colegiado deliberativo (Codeter), agentes públicos e atores sociais que integram o TC-NORC. Os resultados mostram que ainda é um desafio para os atores sociais e agentes que atuam no programa ter pleno acesso aos instrumentos que promovam a interação efetiva entre os integrantes e a sociedade civil. Evidencia-se que as TICs possibilitam a discussão, publicização e transparência de informações. Entretanto há uma série de obstáculos (estruturais, culturais e de inclusão digital) que devem ser superados para que os processos de comunicação e as TICs sejam concebidos pelo viés da gestão social.

Palavras Chave: Gestão Social, Tecnologias de Informação e Comunicação, Processos de Comunicação e Desenvolvimento Territorial.

Introdução

O Programa Territórios da Cidadania (PTC) tem como objetivo resolver os problemas no território a que pertencem agricultores familiares, assentados da reforma agrária, indígenas, famílias de pescadores, quilombolas e comunidades tradicionais, por meio do

planejamento de ações que alia visão territorial e eficiência de investimentos públicos com o objetivo de dinamizar a vida destas pessoas.

Este estudo apresenta a identificação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Território da Cidadania Noroeste Colonial, que é composto por 34 municípios concentrados na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Salienta-se que este programa foi criado pelo governo federal em 2008 e tem por objetivo reduzir as desigualdades sociais e regionais, com ações que promovam a socialização dos excluídos.

A importância deste estudo reside na possibilidade de identificação das formas de comunicação entre os diversos atores, revelando a sua eficiência e eficácia, ou seja, pretende-se averiguar se estes instrumentos são utilizados em toda a sua potencialidade e, ainda, se eles realmente trazem os resultados esperados dentro da proposta do programa, que é fortalecer a cidadania, aproximando o poder público com os atores principais da sociedade civil, legitimando o conceito de gestão social e de cidadania. É importante, também, compreender como acontece o processo de publicização das ações desenvolvidas no âmbito deste programa, de modo a evidenciar a importância das TICs enquanto elemento estratégico da acessibilidade às informações em torno daquilo que está sendo realizado, dos projetos e de suas finalidades.

Além desta introdução o artigo está organizado com a descrição dos aspectos metodológicos; uma abordagem conceitual sobre gestão social, cidadania deliberativa, desenvolvimento territorial e descentralização, processos de comunicação, análise da prática do uso de TICs, resultados e discussão sob a lente dos processos de comunicação no TC-NORC; e as conclusões.

Metodologia

Trata-se de estudo que utilizou a pesquisa documental, a internet, sites e portais na qual estavam destacadas informações referentes ao programa, além da aplicação de entrevistas realizadas com os membros do colegiado deliberativo (Codeter) do TC-NORC, entendendo que quanto mais fontes de informações forem consultadas, mais fundamentado se apresenta o estudo. Destacam-se as entrevistas realizadas com os povos indígenas, assentados da reforma agrária, membros do conselho deliberativo e

membros do núcleo diretivo. O trabalho contou com um estudo de campo, partindo do pressuposto que “[...] o ambiente natural que é a fonte direta dos dados” (GODOY, 1995: 62). Além do mais, leva-se em conta que a interpretação dinâmica e totalizante da realidade pode ser estabelecida quando enxergarmos o nosso objeto de pesquisa em sua realidade e por suas influências sociais, políticas, econômicas e culturais, privilegiando o desenvolvimento da ciência através do método qualitativo e, neste caso, baseado numa epistemologia crítica (GIL, 2010: 17).

Gestão Social: contexto, debate acadêmico e inter-relações

O debate acadêmico sobre o tema gestão social se dá, hoje, num contexto de importantes mudanças sociais e econômicas que levam a uma profunda reflexão em torno do agravamento de problemas sociais e das desigualdades no mundo. Sachs, Lopes e Dowbor (2010) apontam que o atual sistema econômico, produz e mantém um pequeno número de bilionários, ao mesmo tempo em que se revela incapaz de viabilizar uma vida digna e sustentável para a maioria da população do planeta.

Os autores remetem à convergência de tensões e desigualdades, como o crescimento populacional acelerado, liquidação de aquíferos e contaminação de reservas planetárias de água doce, aumento da produção de automóveis e expansão de cadeias produtivas geradoras de aquecimento climático, e a necessidade de soluções sistêmicas, que possam viabilizar profundas mudanças no nível da consciência desses desafios.

Allebrandt (2010: 58) conduz este argumento sob duas óticas principais: a mercadocêntrica, que se defende pela supremacia do mercado como o grande condutor da sociedade, deixando o Estado apenas como responsável pelo cumprimento das leis e pela segurança, e a estadocêntrica, que considera o mercado incapaz de conduzir as relações de poder existentes na sociedade, passando essa total responsabilidade para o Estado.

No intento de construir um modelo efetivamente cidadão, Allebrandt (2010), descreve um novo modelo tripartite de sociedade, que defende a construção de novas relações de poder, com equilíbrio mínimo entre o mercado, o Estado e a sociedade civil, por meio de um processo permanente de concertação entre estes segmentos, possível pela constituição de espaços públicos que privilegiem a cidadania. O autor pondera que,

Se na visão estadocêntrica e/ou mercadocêntrica a sociedade civil era vista como alvo ou cliente, o novo triângulo social, propõe uma visão sociocêntrica, onde a sociedade civil passa a ser, em última análise, em articulação com o Estado e o mercado, sujeito do processo, protagonista do desenvolvimento (ALLEBRANDT 2010: 61).

Para Allebrandt (2010: 61), a articulação deste triângulo concretiza-se pelas relações de poder, onde “o Estado exerce o poder político, o mercado exerce o poder econômico e a sociedade civil exerce o poder social”. É neste sentido que o conceito de gestão social tem sido evocado, acentuando a importância das questões sociais tanto nas relações de trabalho nas organizações, como na implementação de políticas públicas (TENÓRIO, 2008: 13).

Tenório (2008: 14) defende que esta mudança de posição muda o enfoque de quem deve ser o protagonista no processo dessas relações: a cidadania, colocando o cidadão como “[...] sujeito privilegiado de vocalização daquilo que interessa à sociedade nas demandas do Estado e daquilo que interessa ao trabalhador na interação com o capital” Deste modo, a cidadania se expressa pelo “pleno exercício de direitos exigíveis em benefício da pessoa humana e da coletividade”.

Schomer e França Filho (2008: 64) argumentam que gestão social evoca uma nova configuração no padrão de relações entre Estado e sociedade como forma de enfrentamento das problemáticas contemporâneas, configurando-se como uma inovação no campo administrativo, já que se trata de um ideal de gestão que não se orienta para uma finalidade econômica, contrariando a tradição de técnicas gerenciais em administração.

Para melhor compreensão deste novo ideal de gestão, Schomer e França Filho (2008: 65) sugerem dois níveis de análise ou de percepção da gestão social: o primeiro é o nível societário, aquele que identifica como uma problemática da sociedade, e outro no nível organizacional, aquele que a associa a uma modalidade específica de gestão, sugerindo uma forma de gestão organizacional que subordina as lógicas instrumentais a outras lógicas mais sociais, políticas, culturais ou ecológicas.

No que se refere ao termo gestão social como uma problemática da sociedade (nível societário), Schomer e França Filho (2008) entendem como um modo de gestão das demandas da sociedade pela própria sociedade, onde existe uma dinâmica de auto-organização social que pode ocorrer a partir de espaços de interação social, tanto no

âmbito do Estado e da sociedade civil, como no âmbito do próprio mercado, em condições específicas.

Ao referir-se à gestão social, Tenório (2005: 152) a define como um “[...] processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação”, de modo que o adjetivo social de gestão é compreendido como o espaço de relações sociais onde todos têm direito a fala. O autor refere-se, ainda, à cidadania deliberativa, entendida como uma ação de viés político conduzida pela esfera pública e caracterizada pela ação comunicativa na qual os sujeitos ao apresentarem seus argumentos com bases racionais, devem alcançar um acordo comunicativamente, com base nos melhores argumentos.

Neste sentido, cabe destacar que o termo gestão social é estabelecido pelos fundamentos epistemológicos definidos pela Escola de Frankfurt. Tenório (2008: 18) enfatiza os contrapontos entre teoria tradicional e teoria crítica observando que eles se desenvolvem em três aspectos:

[...] a) a teoria tradicional é inadequada para analisar ou entender a vida social; b) a teoria tradicional analisa somente o que vê, aceita a ordem social presente, obstruindo qualquer possibilidade de mudança, o que conduz ao quietismo político; c) a teoria tradicional está intimamente relacionada e é fator de sustentação e dominação tecnológica na sociedade tecnocrática que vivemos.

Do ponto de vista da teoria crítica, o conceito de gestão social rompe com as separações e busca construir laços comuns com outros saberes, como o entendimento de desenvolvimento territorial e de processos de comunicação, que serão desenvolvidos nos próximos tópicos.

Desenvolvimento Territorial e Descentralização

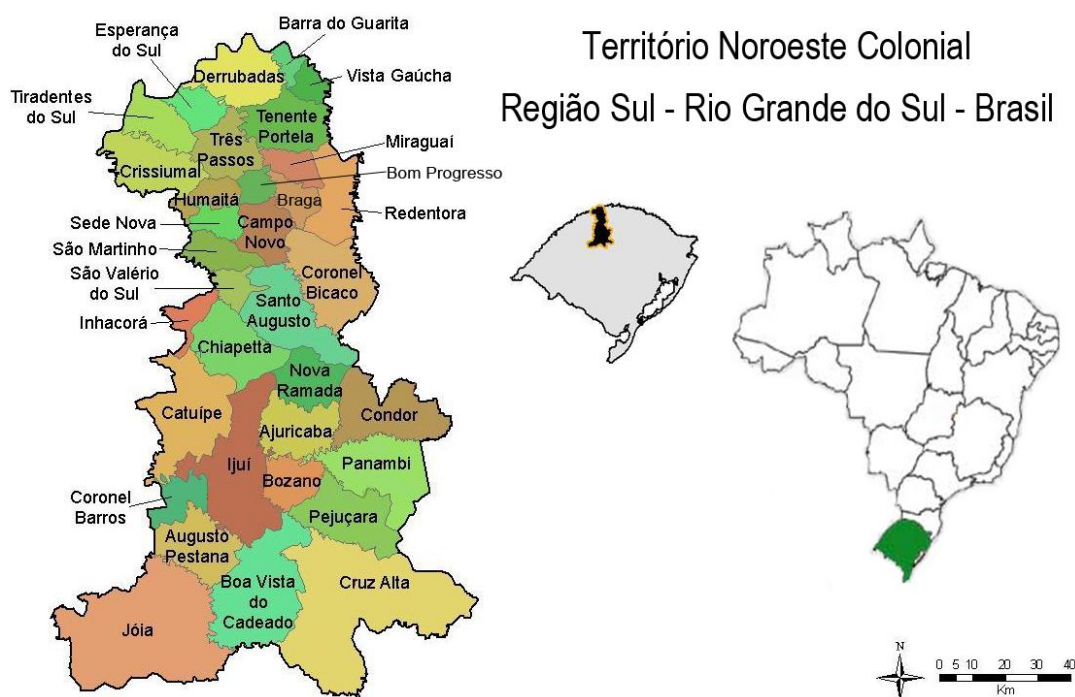
O Território da Cidadania é uma política pública federal brasileira, de desenvolvimento local e inclusão social que tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

Os 120 Territórios que integram o programa representam 1.852 municípios (32,9% do total do País), abrangendo 42,4 milhões de habitantes (23% do total do País), estando eles divididos nas seguintes regiões e seus respectivos territórios.

De acordo com as informações disponibilizadas pelo MDA, os Territórios da Cidadania tem como base os Territórios Rurais, programa desenvolvido desde 2003, e os mesmos se caracterizam por constituírem-se por um conjunto de municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental, tendo identidade e coesão social e cultural.

O presente estudo aborda o enfoque do desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. Tem como locus o Território da Cidadania Noroeste Colonial que é composto por 34 municípios abrangendo uma área de 13.334,30 Km².

Figura 1 - Os 34 Municípios do Território Noroeste Colonial – RS



Fonte: Sistema de Informações Territoriais do MDA (<http://sit.mda.gov.br>).

Dallabrida e Siedenberg (2006: 161-2) definem o conceito de território como uma “[...] fração de espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos institucionais que atuam nesse âmbito espacial” que se define frente às relações de poder calcadas em “motivações políticas, sociais, econômicas, culturais e

religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições e indivíduos”.

A ideia de gestão territorial refere-se, portanto, aos processos de tomada de decisão dos atores sociais, econômicos e institucionais de um determinado âmbito espacial, sobre a apropriação e uso de territórios tendo em vista a definição de estratégias de desenvolvimento local, regional, territorial. Isso se remete aos processos de mudanças estruturais empreendidos por uma sociedade organizada territorialmente, visando dinamizar aspectos sociais e econômicos com vistas à melhoria da qualidade de vida da população (DALLABRIDA, 2011: 19).

Rover e Mussoi (2011: 138) relatam que experiências de ação pública territorial no Brasil são resultados de inovações promovidas após a constituição de 1988, que respondendo às demandas por democratização na sociedade, viabilizou um grau superior de autonomia para as unidades descentralizadas da federação. Os autores argumentam, ainda que “a descentralização da estrutura administrativa e a busca de ampliação da participação social são elementos comuns a todos os processos de gestão pública descentralizada”.

Boisier (2011) faz menção ao processo de redemocratização na América Latina na década de 1990, e aponta para a emergência da aposta política a favor da sociedade civil, de um padrão de modernização social baseado em um estilo mais democrático que passa a ser debatido no âmbito da gestão pública.

[...] ahora se apunta a un agente colectivo, societal, inclusivo, configurado “por todos nosotros” y que recupera para si El nombre de sociedad civil, como única figura válida en la conducción del proceso permanente de modernización e cambio. En tanto esta conducción presupone un elevado nivel de coordinación política tradicional (ejercida principalmente por el Estado mediante el ejercicio de la planificación) y de la coordinación social del mercado” (BOISIER, 2011: 54).

Esta nova configuração que procura recuperar a sociedade civil como precursora de mudanças, numa perspectiva territorial, pressupõe um processo de descentralização que, de acordo com Allebrandt (2002) ocorre a partir da década de 1980 no Brasil, impulsionando importantes mudanças na dinâmica de participação, sobretudo em nível local. O autor destaca que o conceito de descentralização remete ao deslocamento do centro, havendo a possibilidade de outras instâncias assumirem o planejamento, a tomada de decisões e o próprio gerenciamento.

Frente a este conceito, Boisier (2011: 55) busca delimitar o entendimento de sociedade civil numa perspectiva simultânea de estrutura difusa, que se move em torno da acumulação de poder e que existe somente na medida em que seus membros individuais participam do desenvolvimento cotidiano de práticas capazes de exercer influência nas três instituições pilares da sociedade ocidental: o Estado, a igreja e o mercado. O autor sustenta, ainda, que na contemporaneidade latino-americana, a sociedade civil atravessa em diferentes países, transformações associadas à defesa dos direitos civis das pessoas, incluindo os direitos humanos. A novidade reside no fato de que parte importante do desenvolvimento (um direito coletivo) está nas mãos da sociedade civil, transformando a escala territorial e o papel do cidadão.

Há uma diversidade de enfoques que fazem referência e tratam do tema descentralização. Dallabrida (2011: 40) destaca duas grandes vertentes sobre o tema. Na primeira, discute-se a transferência de recursos financeiros ou competências formais para as unidades subnacionais de governo, e as implicações administrativas e institucionais para as esferas do governo federado. A segunda trata do aspecto processual e a dimensão social e política do fenômeno descentralização. Identificam-se três linhas de estudo nesta corrente: Primeiramente, a descentralização como estratégia para aumentar a participação social no processo de formulação, implementação e controle de políticas públicas. Em segundo lugar, considera como um fenômeno político de natureza processual, que envolve a distribuição territorial do poder do Estado. Por fim, trata da proximidade entre descentralização e federalismo, focalizando a descentralização como transferências intergovernamentais, principalmente em países federados.

Rover e Mussoi (2011: 148) acreditam que a emergência do tema descentralização é reflexo do desejo crescente da sociedade em participar da elaboração de políticas públicas e, principalmente, por certa incapacidade do Estado e sua máquina pública de gerenciar autonomamente o desenvolvimento, numa sociedade em que os grupos de interesse estão cada vez mais organizados, diferentemente de estratos com menor poder e organização.

Concorda-se com Rover e Mussoi (2011: 149), quando afirmam que a abordagem da descentralização é complexa na medida em que exige debater certas marcas da política nacional, como autoritarismo, patrimonialismo, formação de feudos locais e regionais de poder, evidenciando os limites da implantação de um processo de descentralização

que favoreça efetivamente projetos de desenvolvimento local e regional e que considere todos os estratos populacionais e produtivos. Avançar com vistas à implementação efetiva de processos descentralizados que viabilizem projetos de desenvolvimento mais inclusivos requer práticas de gestão social que incorporem todos os atores sociais e agentes de desenvolvimento.

Processos de Comunicação

Takasashi (2002: 19) afirma que se vive na era da informação, sendo praticamente impossível abstrair das análises sociais o fato de que no mundo inteiro, novos dispositivos tecnológicos tornam práticas como, ver televisão, checar e-mail e trocar mensagens com o outro lado do planeta, corriqueiras no cotidiano de, cada vez mais, milhares de cidadãos.

Este pressuposto revela que a comunicação pode ser considerada como parte integral de contextos mais amplos da vida social, de modo que regiões, segmentos sociais, setores econômicos, organizações e indivíduos são afetados diretamente por este novo paradigma, em função das condições de acesso à informação, da base de conhecimentos e da capacidade de aprender (TAKASASHI, 2002: 22). Trata-se, segundo o autor, de uma convergência de base tecnológica, envolvendo três elementos que se inter-relacionam: pela digitalização, a computação, as comunicações e os conteúdos aproximam-se de modo vertiginoso, e o computador pode virar um aparelho de TV, a foto sai de um dispositivo tecnológico diretamente para a rede, e uma série de informações passa a ser difundida entre sujeitos sociais.

Thompson (2002) afirma que é preciso deixar de lado a ideia de que o desenvolvimento de novas redes de informação serve apenas para transmitir informação e conteúdo simbólico a indivíduos cujas relações com outros permanecem inalteradas. O autor enfatiza que,

[...] o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação com o mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento com os outros e consigo mesmo. Quando os indivíduos usam os meios de comunicação, eles entram em formas de interação que diferem dos tipos de interação face a face que caracterizam a maioria dos nossos encontros quotidianos (THOMPSON, 2002: 13-4).

Vale destacar que Thompson (2002: 25) caracteriza a comunicação como um tipo de atividade social distinta que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas

simbólicas e implica a utilização de recursos de vários tipos. Trata-se, portanto, da produção de formas simbólicas em que

[...] os indivíduos se servem destas e de outras fontes para realizar ações que possam intervir no curso dos acontecimentos com consequências as mais diversas. As ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva. Usarei o termo poder simbólico para me referir à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e transmissão de formas simbólicas (THOMPSON, 2002: 24).

No que se refere à utilização de recursos para a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas, destaca-se a preponderância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que conforme Rezende (2008) é o conjunto de recursos tecnológicos e computacionais que possibilita a geração o conhecimento e o uso da informação. Essa definição nos permite indagar de que maneiras esses recursos tecnológicos contribuem efetivamente nas praticas da gestão social, na cidadania deliberativa sob a lente da publicização.

As TICs, ainda de acordo com Rezende (2008) são um conjunto de recursos tecnológicos e computacionais que possibilitam a geração o conhecimento e o uso da informação. Nesta perspectiva a TIC não se limita apenas em ser um recurso computacional capaz de manipular dados e gerar informações e conhecimentos, mas também é um instrumento capaz de promover a participação popular em prol do desenvolvimento. A informatização nas entidades governamentais pode aperfeiçoar o controle e a gestão pública nas três esferas (federal, estadual e municipal) através de ferramentas capazes de facilitar a elaboração de objetivos, interação, estratégias e decisões.

Entretanto alerta-se: a comunicação no âmbito das TICs está relacionada às relações que se estabelecem em diversas esferas da vida social, de modo que os processos de comunicação não podem ser vistos apenas como meio de entretenimento ou de difusão de informações, mas fundamentalmente como variáveis estratégicas que envolvem a construção de identidades e interferem nos processos de mobilização e participação em prol de mudanças sociais (OLIVEIRA, 2002: 60).

A comunicação é, portanto, uma forma de ação e, não apenas um meio de relatar ou descrever o estado das coisas, de modo que Thompson (2002) sustenta que há uma relação entre a posição que um indivíduo ocupa dentro de uma instituição ao poder que

ela possui, sendo poder, a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos e interesses. Deste modo, os processos de comunicação estão fundamentalmente relacionados às relações de poder (quadro 1).

Quadro 1: As Formas de Poder

Formas de poder	Recursos	Instituições paradigmáticas
Poder econômico	Materiais e Financeiros	Instituições econômicas (p. ex. empresas comerciais)
Poder político	Autoridade	Instituições políticas (p. ex. estados)
Poder coercitivo (especialmente poder militar)	Força Física e Armada	Instituições coercitivas (especialmente militares, mas também a polícia, instituições carcerárias, etc.)
Poder simbólico	Meios de informação e comunicação	Instituições culturais (p. ex.: a igreja, escolas e universidades, as indústrias da mídia, etc.)

Fonte: (Thompson, 2002: 25)

Este quadro demonstra que as quatro formas de poder relacionam-se com os recursos, os quais dependem tipicamente de instituições paradigmáticas, sendo que o poder simbólico depende dos meios de informação e comunicação e das instituições culturais, como igrejas, escolas, indústrias da mídia, etc. Para (Thompson, 2002: 25), “na sombria realidade da vida social, distinções raramente são definitivas. Não obstante, esta tipologia nos dá uma estrutura útil para analisar a organização social e suas transformações”.

Há de se considerar ainda que os meios de sociabilidade que possibilitam a construção de identidades e dos processos de interação social foram alterados frente à ampliação de redes comunicacionais e informacionais, diminuindo a distância entre as culturas, criando o que (Thompson, 2002) denomina de mundanidade mediada, ou seja, a capacidade de que os sujeitos compreendam o mundo fora do alcance de suas experiências pessoais.

A questão é que nesse cenário em que os sujeitos são capazes de estarem conectados mundialmente, é preciso considerar um fator importante no âmbito dos estudos de

recepção contemporâneos. Não é mais possível compreendê-los como consumidores passivos, quando o processo é muito mais criativo, “[...] pois depende de habilidades e competências adquiridas que os indivíduos mostram no processo de recepção” (THOMPSON, 2002).

(Barbero e Rey, 2001: 73) revisam a situação da indústria midiática, e indicam o acontecimento de importantes reformulações na identidade das mídias como atores sociais. Logo, a significação das mídias transformou-se passando a representar o social e a construir a atualidade, persistindo a sua função de formação das culturas políticas. Isto quer dizer que as mídias não apenas mostram como ocorrem as mudanças, como também a acompanham, fato perceptível nas adaptações tecnológicas e implicações no cotidiano dos sujeitos sociais. Os autores registram, ainda que

[...] as mídias também expressam em seu funcionamento as mudanças vividas pelos Estados que se redesenham, tratando de encontrar o tamanho adequado, a flexibilidade necessária, os campos e as formas de presença mais de acordo com as modificações que são vividas em outros âmbitos da vida em sociedade. Durante anos, a televisão foi um laboratório onde se percebem as interações entre o público e o privado de maneira mais intensa que os outros, a tentativa de democratização como também de clausura, os ajustes – e desajustes – entre a força dos grande conglomerados e os direitos do cidadãos. Os modelos de gestão das televisões públicas constataam com precisão a crise do Estado do bem-estar e das formas protecionistas, enquanto ressaltam os desenhos do Estado que estão emergindo, as áreas da vida social em que as mídias têm participação muito mais saliente, inclusive substituindo-o ou sendo complementar de algumas de suas funções. **As mídias aumentaram o rol de intermediários entre instituições do Estado e as pessoas, processam a inconformidade da cidadania, sensibilizam a sociedade em relação às intervenções estatais em certas situações e chegam, até mesmo, a ser fatores determinantes da governabilidade local ou nacional”** (grifos nossos) (BARBERO E REY, 2001: 74).

Os processos de comunicação estão relacionados a um tipo de poder estabelecido entre os sujeitos e os atores sociais, que é o poder simbólico, o que pressupõe importante conexão com os temas gestão social e desenvolvimento territorial. Se as mídias são fatores determinantes para a governabilidade, certamente, trata-se de um campo fundamental a ser explorado na presente investigação, e as TICs constituem-se, portanto, num conjunto de instrumentos fundamentais para o estabelecimento de novos padrões de relações entre os sujeitos e atores sociais para a conquista de avanços no campo da gestão social.

Resultados e Discussões

A utilização das TICs nas práticas de gestão social do TC-NORC revela-se fundamental para a articulação e mobilização dos atores em processos participativos. Naturalmente, evidenciam-se alguns limites relacionados à infraestrutura e a falha de alguns processos pela utilização inadequada de importantes canais.

A partir dos dados levantados em entrevistas identificou-se que as TICs mais utilizadas no âmbito do TC-NORC são o telefone e o e-mail. As principais informações veiculadas por estes meios são as reuniões, assembleias, chamadas públicas, e atividades que visam ampliar a participação dos cidadãos no programa. Percebe-se que as TICs possuem importância essencial na articulação e desenvolvimento dos projetos relacionados ao programa.

A utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) é a interface para se ampliar a participação popular no programa Território da Cidadania Noroeste Colonial fomentando assim processo deliberativo. Estes instrumentos atuam em prol das praticas de cidadania e de gestão social.

Os instrumentos de publicização do TC-Norc deve assegurar o acesso à informação, e o direito a comunicação de todos os atores do programa. A comunicação por sua vez oportuniza a inclusão social a partir do engajamento popular em discussões como distribuição dos recursos públicos, formulação de projetos, definição dos beneficiários entre outras.

A participação no processo decisório necessita que todos os atores tenham igualdade no acesso aos recursos tecnológicos. Para tal, foram analisados algumas entrevistas realizadas com os membros do colegiado deliberativo e atores sociais do TC-Norc e constatou-se que os principais meios de comunicação utilizados pelos territórios da cidadania noroeste colonial é o e-mail, portais eletrônicos, telefone, rádios e outros.

O desenvolvimento dos meios de comunicação criou novas formas de interação, novos tipos de visibilidade, e novas redes de difusão de informação no mundo contemporâneo. Em um mundo repleto de alternativas para a prática da comunicação e publicização das informações, permite-se que os indivíduos sejam capazes de interagir uns com os outros, e observar pessoas e eventos sem mesmo estar no mesmo espaço-temporal. É eminente à necessidade de garantir que os integrantes do TC-Norc tenham maior participação frente ao programa.

Peruzzo (1998: 73) destaca que a participação popular não é tão evidente no Brasil em função dos aspectos culturais. A sociedade não possui tradição de participar efetivamente das tomadas de decisão nas esferas federais, estaduais e municipais e quando alinhado a falta de incentivo do poder público a participação é quase nula. Outra razão é a falta de conscientização política para pretender alcançar um grau de participação mais elevado, a participação popular poderia ser mais eficiente e eficaz.

Um ponto interessante a ser destacado é que a participação não é dada, mas sim criada. A conquista do direito a fala deve ser reivindicada e construída ao longo do tempo. Ampliar a participação cidadã é também ampliar a democracia através dos diferentes canais de comunicação.

Seguindo a linha de pensamento do mesmo autor destacam-se dois modelos de participação. O primeiro é conhecido pela participação passiva no qual os sujeitos são meros espectadores, transferem o poder de decisão a outras pessoas. No Brasil, é isso que está acontecendo no cenário das políticas públicas, “posicionamos pacatamente diante de políticas implantadas pelo poder público ou mesmo quando votamos para cargos legislativos e executivos, delegando o poder para que outros decidam e atuem em nosso nome” (PERUZZO, 1998: 78).

Já a participação controlada é percebida no relacionamento da população com órgãos do poder público. O início dessa modalidade de participação pode ser decorrente de uma conquista ou até mesmo ser concedida como uma oferta de cima para baixo. Ao estar na participação controlada, a sociedade pode participar efetivamente do planejamento participativo. Uma ressalva que o autor faz mediante essa forma de praticar a participação é por ela ser controlada, ou seja, podem existir algumas restrições, limitações e manipulações pelas instâncias detentoras do poder.

O caso do PTC evidenciou-se nas entrevistas que os métodos utilizados para publicizar as informações acerca das reuniões, assembleias e chamadas públicas e atividades que visam ampliar a participação dos cidadãos no programa. Percebe-se que as TICs possuem importância essencial na articulação e desenvolvimento dos projetos relacionados ao programa. Ao mesmo tempo aos métodos utilizados para promover a participação são falhas a tal ponto de nos questionarmos se todos os atores tem acesso às informações decorrentes do TC-Norc. Diversos meios disponíveis não estão ao

alcance das pessoas, de modo que muitas informações acabam sendo perdidas, por não serem levadas ao público potencial.

Utilizar as TICs nas práticas de gestão social do TC-NORC revela-se fundamental para a articulação e mobilização dos atores em processos participativos. Naturalmente, evidenciam-se alguns limites relacionados à infraestrutura e a falha de alguns processos pela utilização inadequada de importantes canais. As TICs possuem papel essencial na articulação e desenvolvimento dos projetos relacionados ao PTC.

Há uma série de instrumentos que não são utilizados em sua potencialidade pelo TC-NORC. As manifestações de integrantes do Colegiado Deliberativo destacam que o sistema de informação utilizado para divulgação e comunicação é falho. O articulador local do Território também afirma que não se tem um mecanismo de comunicação interna adequado, reforçando a tese da necessidade de haver um sistema melhor organizado para viabilizar o fluxo de informações.

A análise parte do entendimento de (Turban, 2004), que conceitua sistema de informação como sendo um sistema que coleta, armazena, analisa e dissemina informação com um determinado objetivo, incluindo *inputs* que neste contexto pode ser identificado como o acesso à informação por parte da sociedade e a transparência das informações disponibilizadas. Outra representação destacada por Turban é os *outputs* que se dá através publicização das informações, sendo que para gerar informações é necessário que os sujeitos detenham do acesso às mesmas “processa os *inputs* e produz *outputs*, que são enviados para o usuário ou para outros sistemas”. Essa análise revela que os sistemas de entrada e de saída de informações são falhos, uma vez que estão disponíveis, mas inexistente um gerenciamento efetivo dessas informações.

Evidencia-se a necessidade de valorizar a comunicação nos canais de ação do programa, preparando melhor as pessoas à participação, utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação como um meio de promover a cidadania deliberativa e a gestão social do processo. O crescente avanço tecnológico nas TICs, principalmente via web, tornou o acesso e a divulgação das informações mais rápidas, acessíveis, seguras e confiáveis.

Uma boa parcela da população envolvida ainda não tem pleno acesso a essas tecnologias, evidenciando que, além das falhas no processo, ainda temos a questão da infraestrutura, pois os diversos meios disponíveis não estão ao alcance das pessoas, de

modo que muitas informações acabam sendo perdidas, por não serem levadas ao público potencial.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios (PNAD/IBGE) o acesso à internet e posse de telefone móvel em 2008, no Rio Grande do Sul apenas 36,3% da população com mais de 10 anos de idade tinha acesso à internet, sendo que 67,7% possui telefone celular. No entanto, em termos de telefonia fixa a região apresenta uma relação de mais de 8 habitantes por telefone, relação que aumenta para mais de 15 nos 30 municípios menos populosos do TC-NORC. É também nesses municípios que cerca de 50% da população ainda reside na zona rural dos municípios, onde a telefonia fixa e a internet não chegam. E é também na zona rural que a cobertura de sinal do telefone móvel ainda deixa a desejar.

Mesmo assim, o uso do telefone móvel está mais presente na vida da população, tornando este meio de comunicação mais eficiente e eficaz para a mobilização das pessoas no convite às atividades relacionadas ao programa. Já a publicização via internet está mais sujeita a falhas, uma vez que apenas 1/3 da população tem acesso à internet, levando também em consideração que, boa parte dos atores envolvidos é do meio rural e de baixa renda. Talvez o canal mais eficiente nessas regiões ainda seja o rádio, tanto para o chamamento às reuniões do Codeter, como para a publicização das ações em execução no âmbito do território. No entanto, o mesmo é muito pouco utilizado pelo núcleo diretivo do TC-NORC.

Os atores do programa deveriam, portanto, possuir acessibilidade a todas essas ferramentas de informação, legitimando o processo de construção da cidadania por meio das TICs, revelando o seu poder catalizador de transformação social.

Conclusões

A utilização adequada do portal Territórios da Cidadania ainda é um desafio para os atores sociais e agentes que atuam no programa, pois o portal deveria ser um espaço virtual de interação efetiva entre os integrantes e sociedade civil. Isso não ocorre devido à falta de conhecimento dos atores em manipular esse instrumento bem como à dificuldade de acesso à internet por questões de infraestrutura, inviabilizando a utilização da web por não haver condições adequadas para tal. Daí a razão de utilizar outros meios de comunicação nos TC-NORC. Considera-se válida a decisão ao nível do

PTC em centralizar as informações no portal do programa, sendo um meio adequado de evitar a divulgação equivocada e distorcida de informativos referentes aos territórios, contribuindo para que essa informação não chegue a apenas um determinado grupo de pessoas, promovendo a democratização das Tecnologias da Informação e Comunicação. Porém, a divulgação apenas através da internet, também não é a mais adequada, pois devido às dificuldades de infraestrutura de banda larga e acessibilidade por parte dos cidadãos, é importante não descartar antigos meios ainda usuais nas comunidades, com destaque ao rádio. Portanto a publicização das informações deveria se ocorrer em diversos meios de comunicação a fim de maximizar o acesso às informações por parte de todos os integrantes do TC-Norc.

Referências Bibliográficas

ALLEBRANDT, Sérgio Luís (2002). *A participação da sociedade na gestão pública local e na produção das políticas públicas: a atuação dos conselhos municipais de Ijuí – RS, de 1989 a 2000*. Ijuí, Ed. UNIJUI.

ALLEBRANDT, Sérgio Luís (2010). “Cidadania e Gestão do Processo de Desenvolvimento: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009”. Tese (Doutorado em Desenvolvimento) Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul.

ALVES-MAZZOTI, A. J., GEWANDSZNAJER, F. (1998) *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo, Pioneira.

BARBERO, Jesus Martín e Germán Rey (2001). *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo, Editora SENAC.

BARBERO, Jesus Martín (1997). *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

BOISIER, Sergio (2011). “Sociedad civil, participación, conocimiento y gestión territorial. Mirando por El retrovisor: La década de los años noventa y El proceso de redemocratización en América Latina”. In: DALLABRIDA, Valdir Roque (org). *Governança Territorial e Desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais*. Rio de Janeiro, Garamond, p. 53-72.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010a). “Catálogos: boas práticas territoriais”. Brasília, MDA.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005). “Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais”. *DOCUMENTO INSTITUCIONAL Nº 3*. Brasília, MDA.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010b). *Relatório do Plano de Execução*. Brasília, MDA.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (2009). *Território da Cidadania: integração de políticas públicas para reduzir desigualdades*. Brasília, MDA.

- DALABRIDA, Valdir Roque (2011). “Concepções teóricas que sustentam o debate sobre descentralização político-administrativa”. In: DALLABRIDA, Valdir Roque (org). *Governança Territorial e Desenvolvimento: Descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais*. Rio de Janeiro, Garamond, p. 40-52.
- DALABRIDA, Valdir Roque (2008). *Desenvolvimento Territorial: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos*. Passo Fundo, Ed. UPF.
- DALABRIDA, Valdir Roque (2001). “Gestão territorial e desenvolvimento: descentralização, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento, capacidades estatais e escalas espaciais da ação pública”. In: DALLABRIDA, Valdir Roque (org) *Governança Territorial e Desenvolvimento: Descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais*. Rio de Janeiro, Garamond, p. 339-369.
- DALABRIDA, Valdir Roque, Dieter R. Siedenberg e Victor R. Fernandez (2004). “Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial”. *DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO*, vol. 2, n. 4. p. 33-62.
- DEMO, P (1994). *Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- DOWBOR, Ladislau (2009). “Crise financeira: riscos e oportunidades”. *ECONOMIA GLOBAL E GESTÃO*, vol.14, n.2, p.119-147.
- GIL, A. C. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, Atlas.
- OLIVEIRA, Valdir de Castro (2002). “Comunicação, identidade e mobilização na era da informação”. In PERUZZO, Cícilia e Juçara Brittes (orgs). *Sociedade da informação e novas mídias: participação ou exclusão?* São Paulo, Intercom, p. 57-78.
- PNAD/IBGE. Acesso a Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2008. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=pnad_internet_celular_2008
 8 Acessado em 17 de Agosto de 2011.
- PERUZZO, Cecilia Krohling (1998). *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- PORTAL TERRITÓRIO DA CIDADANIA. Disponível em:
www.territoriosdacidadania.gov.br. Acesso em: 10 de outubro de 2010.
- Portal da Cidadania. *Objetivos do Programa Territórios da Cidadania*. Disponível em:<<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/oprograma>>. Acessado em 2 de maio de 2012.
- REZENDE, Denis Alcides (2008). *Sistemas de informações organizacionais: guia prático para projetos em cursos de administração, contabilidade e informática*. 3. ed. São Paulo, Atlas.
- ROVER, José Oscar e Eros Marion Mussoi (2001). “A reinvenção da relação Estado-Sociedade através da gestão pública descentralizada: uma análise da descentralização política em Santa Catarina, Brasil”. In: DALLABRIDA, Valdir Roque (org). *Governança Territorial e Desenvolvimento: Descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais*. Rio de Janeiro, Garamond, p. 137-154.

TAKAHASHI, Tadao (2002). “Sociedade da Informação”. In PERUZZO, Cícilia e Jucára Brittes (orgs.). *Sociedade da informação e novas mídias: participação ou exclusão?* São Paulo, Intercom, p 19-36.

TENÓRIO, Fernando G. (2008). *Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado: ensaios de gestão social*. 3 ed. rev. e ampl. Ijuí, RS, Ed. Unijuí.

THOMPSON, John B. (2002). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ. Vozes.

TURBAN, E. M. e J. Wetherbe (2004). *Tecnologia da informação para a gestão*. 3. ed. Porto Alegre, Bookman.